Autarquia, o benefício de pensão da interessada permanecerá suspenso até a decisão final do procedimento, nos termos do artigo 60 da Lei 10.177/98.

Por conseguinte, tendo em vista que a matéria discutida nos autos é de conhecimento da parte interessada, declaro encerrada a fase instrutória.

Publique-se e intime-se, nos termos da Lei Estadual 10.177/1998, para, querendo, apresentar razões finais no prazo de 07 dias.

Despacho do Gerente, de 14-1-2021

Interessado: Catia Ataide Ferreira (RG:24.469.370-5 CPF:259.006.728-32)

Assunto: Despacho Encerramento Fase Instrutória

Número de referência: Processo Administrativo 108510/2015 - Benefício 50246868

Portaria SPPREV/DBM 19/2020

Procedimento administrativo de extinção de benefício de pensão por morte - filha solteira

Trata-se de procedimento administrativo destinado a apurar a regularidade do ato de manutenção do benefício de pensão por morte conferido, na qualidade de filha solteira, Catia Ataide Ferreira, Benefício 50246868, instituída pelo militar 3º SGT PM RE 92773 Anecondes Alves Ferreira, falecido em 20-03-1997, por haver indícios de constituição de união estável, com fundamento nos artigos 8º, III, c/c 19, II, da Lei Estadual 452/1974, em sua redação original.

Com a abertura do referido procedimento, a interessada foi intimada por meio do ofício SPPREV/DBM/SAF 33/948/2017, sobre a possibilidade de, querendo, apresentar manifestação preliminar no prazo de 15 dias, nos termos do art. 59, II, c/c art. 58, IV, da Lei 10.177/98 (fls. 114).

Embora devidamente intimada e cientificada da instauração deste procedimento, a interessada não apresentou manifestação de defesa.

É a síntese, passo a expor.

Analisando o conjunto probatório verifica-se que não foi apresentado nenhum elemento que possa modificar o fato que ensejou este procedimento de extinção. Assim, persistindo a possibilidade de prejuízo de reparação onerosa ou impossível a Autarquia, o benefício de pensão por morte da interessada permanecerá suspenso até a decisão final do procedimento, nos termos do artigo 60 da Lei 10.177/98.

Por conseguinte, tendo em vista que a matéria discutida nos autos é de conhecimento da parte interessada, declaro encerrada a fase instrutória.

Publique-se e intime-se, nos termos da Lei Estadual n. 10.177/1998, via Ofício com aviso de recebimento em "mão própria" para, querendo, apresentar razões finais no prazo de 07 dias.

Processo Administrativo 86702/2016

Portaria SPPREV/DBM 17/2020

Procedimento administrativo de extinção de benefício de pensão por morte – Cônjuge

Interessada: SRSSC (RG:16.862.255-5 CPF:076.092.228-44)

Representada pela Dra. Ieda Maria Martineli Simonassi OAB/SP 105.937

Trata-se de procedimento administrativo destinado a apurar a regularidade do ato de manutenção do benefício de pensão por morte conferido, na qualidade de cônjuge a SRSSC, Benefício 50216180, instituída pelo militar 1º TEN PM RE 830581 Elcio Conde, falecido em 11-11-1993, por haver indícios de constituição de união estável, com fundamento nos artigos 8º, III, c/c 19, II, da Lei Estadual 452/1974, em sua redação original.

Com a abertura do referido procedimento a interessada foi intimada por meio do ofício SPPREV/DBM/SAF 33/947/2020 sobre a possibilidade de, querendo, apresentar manifestação preliminar no prazo de 15 dias, nos termos do art. 59, II, c/c art. 58, IV, da Lei 10.177/98.

Por meio de contato telefônico, a interessada solicitou cópia do processo, as quais foram realizadas em 05-06-2020.

Em 22-06-2020, a interessada por meio de seu representante, apresentou manifestação na qual alegou, em síntese, que: (...)

É a síntese, passo a expor.

Defiro o requerimento de provas.

Publique-se e intime-se, a interessada, bem como seus procuradores, nos termos da Lei Estadual n. 10.177/1998, via Ofício com aviso de recebimento em "mão própria", para que no prazo de 07 dias especifiquem as provas que pretendem produzir e, em caso de prova testemunhal, apresentem o rol de testemunhas a serem ouvidas e entrem em contato para o agendamento.

Despacho

Interessado: RSV (RG:23.297.006 / CPF:174.659.938-30),

representada pelo Dr. Adriano Alves Brígido OAB/SP - 243.825

Assunto: Encerramento fase instrutória após produção de provas - Procedimento administrativo de extinção de benefício de pensão por morte - filha solteira

Número de referência: Procedimento adm. 8716/2013

Após o deferimento de produção de provas, foi providenciada a intimação da interessada e de seu advogado por meio do(s) Ofício(s) SPPREV/DBM 33/5811/2020 e 33/5812/2020, para que apresentassem termo de declaração testemunhal.

Em 30-10-2020, por meio de contato eletrônico, a interessada por meio do seu advogado, apresentou termo de declaração com o devido reconhecimento de firma da assinatura das seguintes testemunhas:

Jucimara de Souza Francisco Rosa, que declarou em síntese que:

1. Conhece a interessada há 15 anos;
2. Reside no mesmo condomínio de Rosemeire dos Santos

Vicente;

3. A interessada é solteira e mora com seus filhos.

Marilí Vieira Barros Neves, que declarou em síntese que:

1. Conhece a interessada há 15 anos;
2. Mora no mesmo condomínio de Rosemeire dos Santos

Vicente;

3. A interessada é solteira e vive com seus filhos;
4. Não tem companheiro.

Marcela Barbosa de Lima dos Santos, que declarou em síntese que:

1. Conhece Arlindo Ferreira Maia;
2. Residindo ambos na mesma Avenida;
3. Arlindo Ferreira Maia é solteiro.

Domingos Dias Pires Neto, que declarou em síntese que:

1. Conhece Arlindo Ferreira Maia;
2. Reside próximo a Arlindo.
3. Arlindo Ferreira Maia é solteiro.

É a síntese, passo a expor.

Analisando o conjunto probatório, verifica-se que não foi apresentado nenhum elemento que possa modificar o fato que ensejou o procedimento de extinção deste benefício previdenciário. Assim, persistindo a possibilidade de prejuízo de reparação onerosa ou impossível a Autarquia, o benefício da referida interessada permanecerá suspenso até a decisão final do procedimento, nos termos do artigo 60 da Lei estadual n. 10.177/98.

Por conseguinte, tendo em vista que a matéria discutida nos autos é de conhecimento da parte interessada, declaro encerrada a fase instrutória.

Publique-se somente com as iniciais do nome e o documento de identificação da interessada, nos termos da Lei Estadual n. 10.177/1998, e intime-se para, querendo, apresentar razões finais no prazo de 07 dias.

Justiça e Cidadania

GABINETE DO SECRETÁRIO

Portaria do Secretário, de 14-1-2021

Instauração de Processo Administrativo Punitivo SJC-PRC-2021-00041 - Considerando que chegou ao conhecimento desta Secretaria da Justiça e Cidadania, por meio de denúncia formulada pela Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual, que no noite do dia 20-11-2020, na padaria Dona Deóla, no bairro da Pompéia, nesta Capital, Lidiane Brandão Biezok teria proferido ofensas homofóbicas contra funcionários do citado estabelecimento comercial, fato este que se amoldaria na conduta prevista no artigo 2º, inciso I, da Lei 10.948 de 2001. Instaure-se processo administrativo em face de Lidiane Brandão Biezok, como incurso no artigo 2º, inciso I, da Lei Estadual 10.948/2001, para a devida apuração dos supostos atos atentatórios e discriminatórios e eventual aplicação das penalidades previstas em seu artigo 6º, nos termos do procedimento contido nos artigos 62 a 64, da Lei Estadual 10.177, de 30-12-1998.

Despacho do Secretário, de 13-1-2021

Número de referência: SJC-PRC-2020/00937 - Interessado: Associação da Pedagogia de Emergência no Brasil - Assunto: Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos. À vista do que consta dos autos, notadamente da manifestação favorável da Comissão Interna, às fls. 98/101 - SJC-PAR-2021/00006-A, defiro o pedido formulado pelo interessado, qual seja, obtenção do Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos, com validade de 13-01-2021 a 12-01-2024.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A DIVERSIDADE SEXUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANVESTIS E TRANSEXUAIS

Comunicado

Ata da 14ª Reunião da Comissão Eleitoral para eleição do Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Aos 21-12-2020, reuniram-se em videoconferência pela plataforma Microsoft Teams, os membros da Comissão Eleitoral, instituída para a eleição das conselheiras e dos conselheiros da sociedade civil do CELGBT, constituída pela Resolução SJC-175, de 5-12-2019. Contou-se com as presenças do presidente e da vice-presidente da Comissão Eleitoral e representantes da Secretaria da Justiça e Cidadania, 2 representantes titulares e 1 representante suplente da SJC, 1 representante suplente da Secretaria da Saúde, 1 representante suplente da OAB e 3 representantes titulares da sociedade civil escolhidos pela Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de São Paulo. Justificadas as ausências de 2 representantes suplentes da SJC, 1 representante titular da Secretaria da Educação, 1 representante titular do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 1 representante titular da Sociedade Civil escolhido pela Comissão da Diversidade da OAB – São Paulo e o representante da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, órgão fiscalizador da eleição. Quórum mínimo e paridade estabelecidos na segunda chamada às 14h24. Iniciou-se a reunião com ressalva referente à votação do item 8.5, colocando em votação a supressão do voto de desempate. Dispensada a leitura por votação unânime constante no chat, a ata da 13ª reunião foi aprovada sem ressalvas. Discussão, leitura e aprovação do item 8.4 (critérios de preenchimento das vagas) e incisos após a mudança da proposta. O presidente passou para a leitura e correção do edital, ficando o 1.1 (alterado o texto na gramática); 1.2 (não alterado); 1.3 (link para votação: alterado o prazo “até 48 horas de antecedência da data da eleição”); 1.4 (não discutido – elaboração de texto pelo setor de informática); 2.3 (publicação das regiões administrativas e disposição de link de pesquisa); 3.1 e subitens confirmados; 3.4 e 3.4.1 (alteração gramatical); 3.4.3 (votado e alterado: confirmação eletrônica da inscrição). Suspensa a correção até o item 3.6. Última deliberação: data da próxima reunião no dia 7-1-2021, com participação do setor de informática, das 14hs às 17h. Formado um grupo de trabalho para a correção antecipada da minuta. A reunião foi encerrada às 17h20 e para constar foi registrada em áudio.

FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Despachos do Assessor Executivo, de 30-11-2020

O auto de infração foi julgado subsistente, com imposição de multa e agravante de 1/6, conforme consta à fl. 16. A autuada protocolou recurso intertempivo, conforme se verifica às fls. 17 a 21 dos autos, porém, conforme se verifica da certidão de fl. 22, efetuou o pagamento integral da pena pecuniária no prazo do vencimento do boleto. Assim, considerando que o pagamento da multa implicou no reconhecimento da subsistência do auto de infração e na renúncia a interposição de recurso, nos termos do artigo 41 da Portaria Normativa Procon 57/2019, deixo de conhecer o recurso interposto e mantenho a decisão de fl. 16.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 0316/20-AI - 47765 D8 - ROSINÉIA DE CASSIA R. VALENTE - ME - 20.469.115/0001-37 - SEM ADVOGADO.

Tendo em vista os argumentos do Autuado à fl. 48 acerca da ausência de receita no ano de 2019 e considerando que a empresa tornou-se optante pelo Simples Nacional a partir de 01-01-2020 (fl. 51), intime-se o autuado para que, no prazo de 7 dias, apresente para fins de recálculo da multa aplicada, Documentos de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), com comprovante de recolhimento e acompanhados dos respectivos Extratos Simplificados referentes aos meses anteriores à infração, quais sejam: janeiro a abril de 2020. Na ausência de manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 2445/20-AI - 48530 D8 - HERRERO CONVENIÊNCIAS LTDA - 30.678.060/0001-29 - EGIDIO ROMERO HERRERO - 89.212/SP.

Tendo em vista a certidão de fl. 54, intime-se o autuado para que, no prazo de 7 dias, comprove não ter obrigação legal de apresentar os documentos elencados nos incisos I a III do artigo 33 da Portaria Normativa Procon 57/19. Na impossibilidade de comprovação, poderá apresentar no mesmo prazo de 7 dias, a Declaração do Imposto de Renda/2019, certificada pela Receita Federal (inciso II do artigo 33, Portaria Normativa Procon 57/19). No mesmo prazo de 7 dias, deverá, também, regularizar a sua representação processual com a apresentação de Procuração que identifique o subscritor apontado na cláusula sexta do Contrato Social da empresa. Na ausência de manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 2504/20-AI - 49122 D8 - GIRO RESTAURANTE LTDA - 22.020.079/0001-55 - CARLOS AUGUSTO PINTO DIAS - 124.272/SP - FERNANDA DE ALMEIDA MENEZES - 180.036/RJ.

Tendo em vista a certidão de fl. 58, intime-se o autuado para que, no prazo de 7 dias, comprove não ter obrigação legal de apresentar os documentos elencados nos incisos I a III do artigo 33 da Portaria Normativa Procon 57/19. Na impossibilidade de comprovação, poderá apresentar no mesmo prazo de 7 dias, Declaração do Imposto de Renda/2019, certificada pela Receita Federal (inciso II do artigo 33, Portaria Normativa Procon 57/19). Na ausência de manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 2609/20-AI - 48535 D8 - CENTRO AUTOMOTIVO MONTE CARLO EIRELI - 09.562.382/0001-11 - WALTER GODOY - 156.653/SP - ADRIANA MELLO DE OLIVEIRA - 162.545/SP.

Tendo em vista a certidão de fl. 21, a qual atesta que o(s) documento(s) apresentado(s) para fins de impugnação ao valor da receita mensal média estimada não atende(m) ao disposto no artigo 33 da Portaria Normativa Procon 57/19, intime-se o autuado para que, no prazo de 7 dias, regularize a documentação para fins de recálculo da multa aplicada, devendo apresentar, Documentos de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), com comprovante de recolhimento e acompanhados dos respectivos Extratos Simplificados referentes ao último calendário fiscal (2019). No mesmo prazo de 7 dias, deverá apresentar, também, os Atos Constitutivos da empresa. Na ausência de manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 2752/20-AI - 50366 D8 - BEATRIZ VANIA GERVÁSIO PRESTES SILVA - 20.002.064/0001-39 - SEM ADVOGADO.

Tendo em vista a certidão de fl. 40, a qual atesta que o(s) documento(s) apresentado(s) para fins de impugnação ao valor da receita mensal média estimada não atende(m) ao disposto no artigo 33 da Portaria Normativa Procon 57/19, intime-se o autuado para que, no prazo de 7 dias, regularize a documentação para fins de recálculo da multa aplicada, devendo apresentar a Declaração do Imposto de Renda/2019 devidamente certificada pela Receita Federal (inciso II do artigo 33, Portaria Normativa Procon 57/19). Na ausência de manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 2839/20-AI - 49908 D8 - SEMIR ZAR E FILHO LTDA - 53.029.468/0001-75 - ELISÂNGELA DA CRUZ DA SILVA - 229.343/SP.

Tendo em vista a certidão de fl. 48 e considerando que o autuado não comprovou a inexistência de obrigação legal para apresentar documentos referidos no artigo 33, “caput”, incisos I a III, da Portaria Normativa Procon 57/19, intime-se o autuado para que, no prazo de 7 dias, regularize a documentação para fins de recálculo da multa aplicada, devendo apresentar Declaração do Imposto de Renda/2019 (declaração completa) com certificação de envio à Receita Federal (recibo de entrega), nos termos do inciso II do artigo 33, Portaria Normativa Procon 57/19. Na ausência manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 2863/20-AI - 48436 D8 - AUTO POSTO ARTICO LTDA - 27.510.089/0001-92 - TALITA SHIGENAGA TAIRA - 330.872/SP - JAQUELINE FIGUEIREDO SANTOS - 382.776/SP.

Tendo em vista a certidão de fl. 63, a qual atesta que os documentos apresentados para fins de impugnação ao valor da receita mensal média estimada não atendem ao disposto no artigo 33 da Portaria Normativa Procon 57/19, intime-se o autuado para que, no prazo de 7 dias, regularize a documentação para fins de recálculo da multa aplicada, devendo apresentar Declaração do Imposto de Renda/2019 (declaração completa) com certificação de envio à Receita Federal (recibo de entrega), nos termos do inciso II do artigo 33, Portaria Normativa Procon 57/19. Na ausência manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 2870/20-AI - 50532 D8 - SERVE AUTO & TERRAZZA ACAPULCO LTDA - 43.613.033/0001-10 - SEM ADVOGADO.

Tendo em vista a certidão de fl. 17, a qual atesta que o(s) documento(s) apresentado(s) para fins de impugnação ao valor da receita mensal média estimada não atende(m) ao disposto no artigo 33 da Portaria Normativa Procon 57/19, intime-se o autuado para que, no prazo de 7 dias, regularize a documentação para fins de recálculo da multa aplicada, devendo apresentar a Declaração do Imposto de Renda/2019 devidamente certificada pela Receita Federal (inciso II do artigo 33, Portaria Normativa Procon 57/19). No mesmo prazo de 7 dias, deverá apresentar, também, os Atos Constitutivos da empresa. Na ausência de manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 2885/20-AI - 50913 D8 - AUTO POSTO BOA PARADA LTDA - 20.964.875/0001-10 - SEM ADVOGADO.

Tendo em vista a certidão de fl. 108, a qual atesta que o(s) documento(s) apresentado(s) para fins de impugnação ao valor da receita mensal média estimada não atende(m) ao disposto no artigo 33 da Portaria Normativa Procon 57/19, intime-se o autuado para que, no prazo de 7 dias, regularize a documentação para fins de recálculo da multa aplicada, devendo apresentar a Declaração do Imposto de Renda/2019 devidamente certificada pela Receita Federal (inciso II do artigo 33, Portaria Normativa Procon 57/19). Na ausência de manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 3005/20-AI - 51080 D8 - AUTO POSTO BANGKOK LTDA - 06.229.344/0001-53 - SEM ADVOGADO.

Tendo em vista a certidão de fl. 43, a qual atesta que o(s) documento(s) apresentado(s) para fins de impugnação ao valor da receita mensal média estimada não atende(m) ao disposto no artigo 33 da Portaria Normativa Procon 57/19, intime-se o autuado para que, no prazo de 7 dias, regularize a documentação para fins de recálculo da multa aplicada, devendo apresentar a Declaração do Imposto de Renda/2019 devidamente certificada pela Receita Federal (inciso II do artigo 33, Portaria Normativa Procon 57/19). Na ausência de manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 3007/20-AI - 50594 D8 - AUTO POSTO VILA AUGUSTA LIMITADA - 49.054.513/0001-74 - SEM ADVOGADO.

Tendo em vista a certidão de fl. 28, a qual atesta que os documentos apresentados para fins de impugnação ao valor da receita mensal média estimada não atendem ao disposto no artigo 33 da Portaria Normativa Procon 57/19, intime-se o autuado para que, no prazo de 7 dias, regularize a documentação para fins de recálculo da multa aplicada, devendo apresentar Declaração do Imposto de Renda/2019 (declaração completa) com certificação de envio à Receita Federal (recibo de entrega), nos termos do inciso II do artigo 33, Portaria Normativa Procon 57/19. Na ausência manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 3013/20-AI - 51170 D8 - AUTO POSTO SETE E MEIO LTDA - 05.756.591/0001-45 - MARCIO ROGERIO DOS SANTOS DIAS - 131.627/SP - MARCELO OLIVEIRA DOS SANTOS - 278.202/SP.

Tendo em vista a certidão de fl. 47, a qual atesta que o(s) documento(s) apresentado(s) para fins de impugnação ao valor da receita mensal média estimada não atende(m) ao disposto no artigo 33 da Portaria Normativa Procon 57/19, intime-se o autuado para que, no prazo de 7 dias, regularize a documentação para fins de recálculo da multa aplicada, devendo apresentar a Declaração do Imposto de Renda/2019 devidamente certificada pela Receita Federal (inciso II do artigo 33, Portaria Normativa Procon 57/19). Na ausência de manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 3076/20-AI - 51187 D8 - OXAN ATACADISTA LTDA. - 57.895.328/0001-30 - SEM ADVOGADO.

Tendo em vista a certidão de fl. 20, a qual atesta que não foram apresentados os documentos para fins de impugnação ao valor da receita mensal média estimada, intime-se o autuado para que, no prazo de 7 dias, providencie a documentação para fins de recálculo da multa aplicada, devendo apresentar a Declaração do Imposto de Renda/2019 devidamente certificada pela Receita Federal (inciso II do artigo 33, Portaria Normativa Procon 57/19). No mesmo prazo de 7 dias, deverá apresentar, também, os atos constitutivos da empresa. Na ausência de manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 3111/20-AI - 50362 D8 - AUTO POSTO MANGUEIRA MASTER LTDA - 03.060.864/0001-97 - HAMILTON RENE SILVEIRA - 088.910/SP - ROSINALVA STECCA SILVEIRA - 224.045/SP.

Tendo em vista a certidão de fl. 74, a qual atesta que o(s) documento(s) apresentado(s) para fins de impugnação ao valor da receita mensal média estimada não atende(m) ao disposto no artigo 33 da Portaria Normativa Procon 57/19, intime-se o autuado para que, no prazo de 7 dias, regularize a documentação para fins de recálculo da multa aplicada, devendo apresentar a Declaração do Imposto de Renda/2019 devidamente certificada pela Receita Federal (inciso II do artigo 33, Portaria Normativa Procon 57/19). Na ausência de manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 3129/20-AI - 48545 D8 - AUTO POSTO ALVORADA DA VILA LTDA - 22.406.880/0001-33 - SEM ADVOGADO.

Tendo em vista a certidão de fl. 69, intime-se o autuado para que, no prazo de 7 dias comprove não ter obrigação legal de apresentar os documentos elencados nos incisos I a III do artigo 33 da Portaria Normativa Procon 57/19. Na impossibilidade de comprovação, poderá apresentar no mesmo prazo de 7 dias, Declaração do Imposto de Renda, certificada pela Receita Federal e referente ao último calendário fiscal (inciso II do artigo 33, Portaria Normativa Procon 57/19). Na ausência de manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 3131/20-AI - 48437 D8 - AUTO POSTO MAR VIDA LTDA - 17.423.801/0001-62 - SEM ADVOGADO.

Tendo em vista a certidão de fl. 46, a qual atesta que o(s) documento(s) apresentado(s) para fins de impugnação ao valor da receita mensal média estimada não atende(m) ao disposto no artigo 33 da Portaria Normativa Procon 57/19, intime-se o autuado para que, no prazo de 7 dias, regularize a documentação para fins de recálculo da multa aplicada, devendo apresentar a Declaração do Imposto de Renda/2019 devidamente certificada pela Receita Federal (inciso II do artigo 33, Portaria Normativa Procon 57/19). Na ausência de manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 3136/20-AI - 49227 D8 - POSTO JARDIM DA SAUDE LTDA - 62.748.645/0001-64 - SEM ADVOGADO.

Tendo em vista a certidão de fl. 42, a qual atesta que o(s) documento(s) apresentado(s) para fins de impugnação ao valor da receita mensal média estimada não atende(m) ao disposto no artigo 33 da Portaria Normativa Procon 57/19, intime-se o autuado para que, no prazo de 7 dias, regularize a documentação para fins de recálculo da multa aplicada, devendo apresentar a Declaração do Imposto de Renda/2019 devidamente certificada pela Receita Federal (inciso II do artigo 33, Portaria Normativa Procon 57/19). Na ausência de manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 3139/20-AI - 48546 D8 - DIVINO SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA - 49.745.011/0001-90 - SEM ADVOGADO.

Tendo em vista a certidão de fl. 70, a qual atesta que o(s) documento(s) apresentado(s) para fins de impugnação ao valor da receita mensal média estimada não atende(m) ao disposto no artigo 33 da Portaria Normativa Procon 57/19, intime-se o autuado para que, no prazo de 7 dias, regularize a documentação para fins de recálculo da multa aplicada, devendo apresentar a Declaração do Imposto de Renda/2019 devidamente certificada pela Receita Federal (inciso II do artigo 33, Portaria Normativa Procon 57/19). Na ausência de manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB